

DILEMAS DO JUDICIÁRIO

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

Vivemos numa sociedade conflitiva. O homem moderno está integrado numa engrenagem gigantesca. De um lado, o Estado com seus tentáculos, avançando sobre tudo, como se fosse um imenso polvo voraz. Do outro lado, a vida própria da sociedade dentro do Estado, governada pela iniciativa privada. Aqui os conflitos se intensificam mais ainda, porque as pessoas vivem num mundo multifário, cheios de opções e transações, das quais brotam conflitos aos milhares.

Desde um viaduto que cai e mata até os pequenos negócios dos indivíduos entre si que dão ao Estado a dinâmica da vida comunitária, há uma série infinita de questões jurídicas, normalmente pequenas, mas que, se não resolvidas, inviabilizam a vida social.

O Estado assume a responsabilidade de resolver estes problemas jurídicos, assim como os hospitais assumem a obrigação de resolver as questões da saúde. Como não é possível uma prevenção eficiente em razão do crescimento desordenado, estas dificuldades sociais e concretas passam a ser atacadas em seus efeitos e não em suas causas.

Abrem-se hospitais, aumenta-se o número de juízes. Acontece que estas soluções precisam de um arsenal de gente e de coisas: servidores, instalações, material de serviço, organização e gerência. Caímos então na contradição que o sociólogo alemão Niklas Luhmann chamou de “dilema da burocracia”. Para resolvê-lo, precisamos de mais burocracia. Esta por sua vez emperra a solução, pois toda ela tem uma tendência paralisante: empurra-se a dificuldade de órgão para órgão, de poder para poder, de chefe para chefe até que o esforço se perca num mar imenso de inutilidades, e tudo fica como era antes ou pior.

Citei apenas o exemplo do Judiciário, mas no fundo serve como amostra para todos os outros Poderes. Para resolver conflitos todos pedem mais juízes. Acontece que os juízes criam mais estrutura e eles próprios têm que lidar com as formalidades do processo que é seu instrumento de ação. Mas esta ferramenta é essencialmente formal. O tempo para ela é consecutivo. Depois de um ato vem outro. Depois de uma sentença, um recurso, depois outro recurso até que tudo se desemboque em tribunais superiores atolados de questões menores: indenização por chinelos, furto de galinha, acertos de conta de reclamações trabalhistas, batidas de trânsito, despejos...

Vislumbre o leitor uma imensa caixa d'água que recebe alimentação de todos os lados. Como não há vazão, o resultado é o derramamento, o desperdício, a ineficiência e o sofrimento de quem espera por soluções.

Não será com aumento de juízes que vamos resolver este erro colossal nem será com multiplicação de servidores que vamos enfrentar esta atividade do Estado. Precisamos de soluções inteligentes que neutralizem os efeitos colaterais da burocracia e permitam a criação de um novo sistema de trabalho. Para conseguir este objetivo, temos que mudar não só a lei, mas também a mentalidade: dar ao cidadão a chance primeira de resolver seus conflitos.

Depois é que entra o Estado, através de juízes modernos, que trabalhem com leis objetivas próprias do século 21, com um mínimo de recursos e instâncias superiores e um máximo de produção e imediatidade. Antes que a burocracia e a ineficiência destruam a todos nós.